

NEGÓCIOS, FORTUNAS E SOCIABILIDADES INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E IMPRENSA CAPIXABAS NOS ANOS DE 1800 E 1860

Enaile Flauzina Carvalho*

Fabiola Martins Bastos**

RESUMO

O artigo pretende traçar algumas trajetórias das sociabilidades empreendidas pelos residentes de Vitória, no período que compreende os anos finais da fase colonial do Espírito Santo e as décadas iniciais do Império brasileiro. O cotidiano da Capitania/Província capixaba, nesse sentido, será analisado a partir de fontes cartoriais e de periódicos impressos. A ênfase da pesquisa encontra-se tangenciada pela atuação das casas de negócio do lugar, assim como seus proprietários. Daí em diante, outros atores sociais também figuram como participantes desse jogo social: escravos e livres, homens e mulheres. Além de movimentar as ruas e ladeiras de Vitória, e fazer chegar até a capital da Capitania comerciantes de outras praças mercantis, a atividade de negócio projetava as sociabilidades estabelecidas no interior e em torno das lojas de secos e molhados, das boticas, etc. A partir de 1840, os donos de comércio da região começam a utilizar as páginas do Correio da Victoria para facilitar o contato com a freguesia.

Palavras-chave: Espírito Santo, cotidiano, comércio

ABSTRACT

The article intends to trace some trajectories of the sociabilities undertaken for the residents of Victory, in the period that understands the final years of the colonial phase of the Espírito Santo and the initial decades of the Brazilian Empire. The daily one of Captainship /Province, in this direction, will be analyzed from notarial sources and of periodic printed matters. The emphasis of the research meets in the performance of the houses of business of the place, as well as its proprietors. From there in ahead, other social actors also appear as participant of this social game: free and slaves, men and women. Besides putting into motion the streets and slopes of Victory, and making to arrive until the trading capital of the Captainship traders of other mercantile squares, the activity of business projected the sociabilities established in the interior and around of stores, of the pharmacies, etc. From 1840, the owners of commerce of the region start to use the pages of the Correio da Victoria to facilitate the contact with the clientele.

Key-Words: Espírito Santo, daily, commerce

PRODUTOS DA TERRA E PRODUTOS DE LONGE: PRIMEIRA METADE DO XIX

Ao principiar o século XIX, e com ele as mudanças de ordem político-administrativas no contexto nacional e local, o cotidiano capixaba começou a vivenciar modificações em relação às engrenagens da convivência entre os residentes de Vitória. Por meio de fontes cartoriais e jornalísticas, constatou-se que a população capixaba estava inserida no contexto social e produtivo da época, segundo o conceito de sociedades escravistas que define a escravidão como forma de organizar o trabalho predominante no Brasil até 1888 (GRINBERG, 2005:01-06).

A pesquisa histórica aqui servirá para definir melhor as redes sociais, ao mesmo tempo em que questionará concepções embasadas em definições arcaicas e fixas de identificação dos personagens históricos, que celebram a estratificação social como determinante do posicionamento dos indivíduos no meio social. Esse conhecimento propicia a compreensão dos mecanismos pelos quais eram estabelecidas a convivência e as relações perante adversidades sociais, econômicas e políticas do objeto a ser pesquisado. Na verdade, o que se torna visível, perceptível, não é a essência dos indivíduos, mas seu comportamento diante das variadas circunstâncias em que se defrontam. Tais oportunidades propiciam o desempenho dos diversos papéis que cada um exerce: produto do processo histórico e cultural. Podemos identificar, portanto, pessoas assumindo papéis identitários diversos, congruentes e até mesmo antagônicos. Por exemplo, quando encontramos cativos figurando como consumidores e profissionais especializados e remunerados.

Com a análise de fontes cartoriais, inventários *post-mortem* de 1790-1820 (1ª Vara de Órfãos de Vitória), confirma-se, que a capitania do Espírito Santo, nos primeiros decênios de 1800, era eminentemente agrária e escravagista, sua produção destinava-se ao abastecimento interno, ao mesmo tempo em que participava da dinâmica comercial de abastecimento da colônia.

Tais fontes permitiram definir que no território capixaba existia uma intensa ligação entre o mundo rural e o urbano; as fortunas de quase todos os inventários são formadas por bens e atividades ligadas à terra e à cidade, sendo comum um dono de terras, plantações e rebanhos, manter patrimônios e formas de rendas na Vila da Vitória, como casas de aluguel, comércio de secos e molhados, embarcações, dinheiro a juros, escravos de ganho, botica, entre outros. Isso corrobora as informações fornecidas pelo Presidente da Província Ignácio Acioli de Vasconcelos para o ano de 1828.

A propósito da população, Vasconcelos assevera ser superior ao número informado nos censos de 1824 e 1827, 35.353 e 35.879 habitantes respectivamente, principalmente em relação ao número de escravos. Sobre as fontes de renda, confirma que grande parte da população era composta por proprietários de bens rurais e urbanos, como dito, uma característica dos capixabas em princípios do século XIX – concentração de rendas vinculadas à produção da terra e comércio praticado no meio urbano (VASCONCELOS, 1978:26-27).

Na mesma Memória, o presidente expõe ser a agricultura a principal atividade produtiva dos capixabas, prevalecendo a lavoura da cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, arroz, feijão e tendo início o cultivo do café, tudo ainda feito de forma rudimentar, com a utilização de ferramentas simples no trabalho do plantio, carros de boi e canoas para o transporte das mercadorias. Acioli afirma que os gêneros produzidos excedem as necessidades da população, propiciando a exportação dos mesmos para outras partes do Brasil (VASCONCELOS, 1978:30-33).

A informação fornecida por Acioli de Vasconcelos acaba por ser confirmada quando analisamos os bens inventariados na Vila da Vitória entre 1790 a 1819 divididos em categorias, como demonstrados pela tabela abaixo, na qual se percebe um equilíbrio entre a quantidade de bens urbanos e rurais.

Tabela 1: Categoria do Bem

		Frequência	Percentual
Números Válidos	Imóvel Urbano	312	4,0
	Imóvel Rural	329	4,2
	Plantação	167	2,1
	Criação	1305	16,6
	Panos e Roupas	543	6,9
	Mercadoria	808	10,3
	Ouro	307	3,9
	Prata	331	4,2
	Cobre	176	2,2
	Móveis	836	10,6
	Oratório e Imagem	244	3,1
	Dinheiro Líquido e Dívidas a Receber	1354	17,2
	Engenho, engenhoca e alambique	69	0,9
	Relógio, jóias e instrumento musical	152	1,9
	Ferramenta e utensílios de trabalho	497	6,3
	Material de Construção	62	0,8
	Embarcações	56	0,7
	Armas	49	0,6
	Louças	145	1,8
	Livros	58	0,7
	Ilegível, Doc. Perdido	50	0,6
	Sem bens inventariados	14	0,2
	Total	7864	100,0

Bens inventariados em Vitória entre 1790 e 1819. Arquivo da 1ª Vara de Órfãos de Vitória.

O comércio, ativo nessa época, compunha-se de importações de gêneros que eram escassos no Espírito Santo e exportações de víveres abundantes na região capixaba (VASCONCELOS, 1978:48-51). Importavam-se produtos como farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas secas, escravos, etc., sendo o pagamento feito em dinheiro ou por escambo, chegando no ano de 1827 ao valor de 183:510\$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil e setecentos e cinquenta reis). Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, traçados, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café (ainda insipiente), no valor total de 195:500\$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil reis).

Pela comparação dos valores, percebe-se um comércio com pequeno desequilíbrio entre importações e exportações, favorável a Província. Fato esse em decorrência das exportações ocorrerem em dois anos seguidos e serem compostas de mantimentos de subsistência; enquanto as importações, com notícias apenas para o ano de 1827, forneciam basicamente produtos mais requintados e considerados supérfluos – excetuando os escravos, gênero de primeira necessidade para o trabalho.

Considerando ainda o quadro mercantil capixaba, nota-se que entre os 230 inventários analisados, encontramos quatro lojas de secos e molhados que vendiam toda espécie de produtos alimentícios, especiarias, utensílios, ferramentas, ferragens, tecidos, roupas, aviamentos, jóias, material de construção; um vendedor de tecidos e aviamentos; um comerciante também de tecidos e roupas, além de produtos alimentícios e louças; uma botica semelhante às farmácias atuais; e pelo menos três barcos que faziam o comércio com as outras regiões brasileiras.

Um caso notório foi identificado no inventário de Antonio Rodrigues Batalha (ano 1803/cx.3), natural do Rio de Janeiro, bacharel, casado com Thereza Maria de Jesus, com quem teve quatro filhos. Na capitania do Espírito Santo, Batalha assumiu os cargos de Capitão Mor e Juiz de Órfãos, além de constituir um considerável patrimônio de 8:736\$461 (oito contos setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um reis), formado por escravos, casas de alugueis, terrenos e uma botica. Ao exercer funções públicas e se estabelecer como um bem sucedido comerciante, Antonio Rodrigues Batalha, garantiu aos descendentes, além do pecúlio material, a ascensão político-social em terras do Espírito Santo. Um exemplo disso foi a nomeação de seu filho Miguel Rodrigues Batalha para a função de boticário oficial algumas décadas após a morte do pai.

Seguindo o exemplo apresentado, a elite econômica capixaba não estava circunscrita à esfera de poder econômico, mas por meio de estabelecimento de benesses e alianças, conseguiu se firmar também como elite política. Esse foi o caso, além da família Batalha mencionada, das linhagens de Monjardino, de Pinto Ribeiro (ou Ribeiro Pinto), de Tovar, de Pinto Homem de Azevedo, de Coutinho, cujos parentes figuraram em

cargos políticos por intermédio da força de suas fortunas. Seja por cargos públicos ou afinidades, confirmadas em casamentos e apadrinhamentos, estabelecidas entre os endinheirados e os políticos mais expressivos, a elite econômica direta ou indiretamente teve papel decisivo nas decisões políticas.

Principalmente nos inventários diretamente associados à atividade de comércio, encontra-se o registro de contas a prazo e títulos de empréstimos a juros concedidos pelos comerciantes. Os débitos eram anotados em um caderno que continha o nome do devedor e o valor da compra e, além disso, a menção do status social do indivíduo – se livre ou escravo, sendo comum encontrar entre os devedores a designação escravo e quem era o proprietário do mesmo.

Constataram-se em inventários capixabas, como o de Cândida Roza (ano 1799/cx. 01) o de seu marido José Joaquim da Luz (ano 1803/cx. 03), o de Manoel Fernandez Lopes de Faria (ano 1810/cx. 10), o do Capitão Ignácio Luis de Castro Brandão (ano 1814/cx. 14) e de Sebastião Nunez de Miranda (ano 1817/cx. 17), a presença de comércios de secos e molhados abastecendo a população com todo tipo de mercadoria, como panos da Índia e da Bretanha, vinhos do Reino, condimentos do Oriente, carne do Sul da colônia, dentre outras.

As mercadorias importadas também eram comercializadas por negociantes itinerantes, como foi o caso de Francisco José Vieira de Sá (ano 1814/cx. 14), natural da Vila de Guimarães, em Portugal, solteiro e sem herdeiros forçados. Consta ser o falecido mascate de profissão, e seu único bem era uma “Fazenda Seca” formada por tecidos de várias qualidades como fustão, berbutina, filó, chita, meias femininas e masculinas, linhas do Reino e da Bretanha, entre outras. A partir das informações extraídas do inventário, pode-se aferir que a fonte de renda do Sr. Francisco consistia na venda de tecidos. Além disso, é possível ainda que Vieira de Sá mantivesse relações comerciais não só nas regiões compreendidas pela então capitania do Espírito Santo, como em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

Em outro inventário, de Manoel Antonio Borges (ano 1813/cx. 13), natural da Ilha da Madeira (Portugal), encontra-se entre os bens inventariados escravos e itens como jóias, roupas, louças, milho, arroz, tecido de linho e dinheiro a receber junto à Fazenda Real do Rio de Janeiro. O montante arrolado neste inventário chega à quantia de 8:185\$220 (oito contos, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte reis), expressivo para época e para o contexto de fortunas da capitania capixaba, além de poder estabelecer o vínculo do falecido Borges com Rio de Janeiro, onde o comerciante mantinha negócios junto à Fazenda Real.

Com efeito, os negociantes responsáveis pelo abastecimento da Vila da Vitória e regiões vizinhas eram muitas vezes estrangeiros, mantinham relações de negócio com outras praças do Brasil, o que permitia ao consumir capixaba o acesso a artigos exóticos e luxuosos da Europa e da África, principalmente os que chegavam através do Porto do Rio de Janeiro.

O transporte da produção excedente e dos itens importados realizava-se por embarcações que desenvolviam a cabotagem pela costa brasileira. Nesse trajeto, o Espírito Santo figurava como parada obrigatória, um entreposto comercial. Para exemplificação, temos o inventário de Francisco de Medeiros Arruda (ano 1801/cx. 02). Neste documento consta a última viagem realizada pela embarcação Nossa Senhora da Conceição, de propriedade do inventariado em sociedade com Miguel João Ignácio da Fonseca, antes de sua morte. A embarcação Nossa Senhora transportou nessa viagem mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, tais como algodão, fios de algodão, madeira de lei, açúcar. No retorno, trouxe para as terras espírito-santenses carne, seda, água ardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano.

Embora não tenhamos a presunção de inserir o Espírito Santo no contexto dos grandes produtores da primeira metade do século XIX, isto é, interregno que compreende os decênios finais do período colonial e as primeiras décadas do Império, as informações coligidas dos inventários atestam como a sociedade capixaba conseguia abastecer a população, situação semelhante em outras áreas brasileiras, tendo como parâmetro a

sociedade dos grandes centros. O comércio propiciava o consumo de produtos estrangeiros. A sociedade apresentava-se hierarquizada, dependente da escravidão e organizada em torno de sociabilidades estabelecidas em núcleos urbanos.

Em termos econômicos, as fontes inventariais esclarecem a autonomia do Espírito Santo no início do Dezenove em relação à subsistência, além de permitir sua classificação de Capitania/Província voltada para produção e exportação de gêneros alimentícios e entreposto comercial, posicionando-a frente a algumas regiões do Brasil como fornecedora de alimentos.

NEGÓCIOS, IMPRENSA E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES: 1840/1860

A análise dos inventários dos primeiros decênios do Oitocentos apresenta o comércio realizado nos núcleos urbanos do Espírito Santo como uma das principais formas de sociabilidades entre os residentes da Capitania/Província. Levando-se em consideração a presença de cativos em cadernetas de débitos de lojas de comércio, as viagens periódicas de negociantes erradicados em terras capixabas, e o amálgama entre elite econômica e elite política, é possível afirmar que as atividades de negócio exerceram profunda influência no arranjo do cotidiano local.

Com a proclamação da independência em 1822 iniciou-se no Brasil um movimento de criação de tipografias nas províncias. No Espírito Santo, a década de 1850 figurou como fundadora de vários periódicos: em 1849 veio à luz da publicidade um jornal noticioso e político, consoante depoimentos da época, denominado *Correio da Victoria*. O *Correio* era de propriedade de Pedro Antônio de Azeredo. Na Vila de São Pedro do Cachoeiro existiram vários jornais alcunhados *O Itabira* (1866) e *O Estandarte* (1868), ambos de Basílio Carvalho Daemon.¹

Em geral, os redatores dos periódicos participavam da vida política local, ora como cabeças dos partidos (liberal e conservador) no cenário capixaba, ora cumprindo

mandatos na Assembléia Provincial. No caso do Capitão Basílio Carvalho Daemon, a política e as letras foram duas de suas paixões. Como deputado, propôs um projeto para instalação de linhas férreas que ligassem a Província do Espírito Santo às demais regiões do Império. Infelizmente, até a data de conclusão de seu livro *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*, em 1879, Daemon não conseguiu ver iniciado seu sonhado projeto.²

Uma análise do Correio da Victoria permite reconhecer os espaços de comércio de Vitória. Além disso, o jornal destacava a ocorrência de enfermidades nas localidades da Província. Como exemplo, no início da segunda metade do século XIX a população do Espírito Santo passou por diversas crises epidêmicas: varíola, cólera, câmaras de sangue, febre amarela, entre outras. Consoante o *Correio da Victoria*, se não fosse a compaixão e a gratidão de alguns residentes do lugarejo, muitos teriam perecido às doenças. Em momentos como esse, de crise na área da saúde, as associações religiosas, os negociantes e o governo provincial uniam-se para angariar pecúlio a ser destinado ao tratamento dos enfermos.

Assiste-se à importância das vendas de comércio para a cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Os negociantes não atuavam somente na economia do lugar, mas auxiliavam no tratamento de enfermos, na montagem de festas das confrarias religiosas, ou seja, encontravam-se imbricados em esferas diversas do cotidiano provincial.

Com efeito, nota-se que os periódicos funcionavam como um *espelho* da sociedade capixaba, tanto no que diz respeito à vida econômica e política, quanto acerca das sociabilidades. Sede administrativa da Província, uma das principais comarcas da região, Vitória certamente polarizava para si as relações sociais dos residentes, por se constituir enquanto importante núcleo urbano.

Assim, além das casas de comércio, das igrejas e das boticas, o dia-a-dia capixaba passou a ser balizado também pela interferência do Correio. As folhas impressas parecem ter sido apropriadas também pelos negociantes da Província, pelo menos é o que se depreende a partir do anúncio do negociante Manoel Calmon Lisboa na edição

do Correio da Victoria de 18 de março de 1857. O anunciante esclarece aos devedores que passaria a usar os meios judiciais para ter os débitos pagos, em função de tê-los chamado várias vezes na folha e essa medida não ter adiantado. De maneira semelhante, encontramos ainda na folha de 18 de março uma advertência aos leitores para que não se contraísse negócios com Passos Martins, na freguesia de Benevente (atual município de Anchieta), pois Martins procedera de modo ilícito na venda de uma casa de comércio.

Observa-se, portanto, que os negociantes iam à tipografia do Correio da Victoria de forma a viabilizar suas transações comerciais ou, no mínimo, acelerá-las. Essas transações iam desde venda de casas de comércio, produtos da terra e importados, até aluguel de escravas para trabalho doméstico ou de lavoura. Este foi o teor do anúncio de José Francisco Ribeiro, que pretendeu alugar uma escrava de sua propriedade no número 9 de quatro de fevereiro de 1857.

Os comerciantes de outras praças de negócio também publicavam anúncios na folha da capital para agradecerem a hospitalidade recebida quando em estadia na Província, e pedindo desculpas por não terem conseguido se despedir das pessoas com quem contraíram relações amistosas. De modo semelhante, os comerciantes capixabas, quando se afastavam de seus negócios por tempo considerável, também escreviam à tipografia a fim de que seus clientes em débito pudessem quitar as cadernetas antes da viagem, como aconteceu com o comerciante de Benevente José Joaquim de Campos, mas ainda para se despedir momentaneamente dos seus fregueses e conhecidos. Por conseguinte, um anúncio deste tipo poderia atingir maior número de indivíduos mais rapidamente do que se o anunciante procurasse despedir-se pessoalmente de cada um.

Desde sua primeira tiragem, o periódico caracterizou-se pela publicação de cartas particulares e de anúncios que versavam sobre a vida comercial da região, como igualmente a respeito de aspectos da vida rotineira dos habitantes da Província do Espírito Santo.

As correspondências particulares caracterizavam-se pelo anonimato dos anunciantes, pela exposição de injúrias, de reclamações destinadas às autoridades e a particulares. Por outro lado, procurava-se as páginas do jornal para agradecer hospitalidade, amparo de enfermidade, isto é, possivelmente o agradecimento publicado na folha constituiria a forma mais gentil de retribuir um favor.

No que concerne à publicidade de nomes, ou mesmo à ameaça de tornar visível uma situação que poderia ser desconfortável a alguém, isso passou a ser uma alternativa usual dos assinantes, correspondentes e leitores do Correio. Na ameaça de publicação dos nomes, os comerciantes acabaram por encontrar um meio de receber as dívidas dos fregueses inadimplentes, utilizando-se amplamente a possibilidade de constrangimento público aos devedores das casas de negócio capixaba. Como já mostrado anteriormente, era comum a venda a prazo nos comércios varejistas em Vitória, e isso não figurava como privilégio de determinado grupo social. Em todos os anúncios lidos, embora houvesse sempre a advertência da possibilidade de alcunhas publicadas, não se encontrou uma só ocorrência em que tivessem sido, finalmente, divulgados os nomes dos devedores. Porém, encontramos anúncios em que os negociantes avisavam os devedores que passariam a cobrar os débitos judicialmente.

Roga-se a um senhor cuja inicial de um dos cognomes é 'A' morador na praça da Conceição queira vir pagar o feitio de um colete que importa em 2 mil réis pois desde o natal ficou de satisfazer a dita quantia, do contrário será publicado seu nome. O canário conquistador. (APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – onze de abril de 1855. p. 04)

Visto que não houve a identificação dos inadimplentes, pode-se conjecturar acerca da eficácia desse artifício apoderado pelos negociantes de Vitória. Se não há registros de nomeação dos devedores, possivelmente a ameaça de publicação de seus nomes já se apresentasse suficiente para a quitação de boa parte das dívidas constantes nas cadernetas de débito. Do mesmo modo, estes anúncios podem ser entendidos como um dispositivo aproveitado pelos capixabas de forma a viabilizar a convivência cotidiana do lugar.

As regras para viver em sociedade incluíam pequenas coerções como fofocas, mal-entendidos, alterações verbais e até publicação de cartas particulares em jornais. As relações sociais formavam uma arena de acordos e tensões entre os agentes envolvidos mediada por códigos legitimados pela comunidade.

As publicações de nomes também ocorriam em outras ocasiões:

O abaixo assignado roga a pessoa que no dia 14 do corrente pelas 8 horas lhe foi vender uma porção de café em dois saccos que pesarão 3 arrobas e 14 libras, e que na occasião de se despejar dos ditos saccos encontrou-se a fraude estar o café misturado com terra e areia, e disendo o individuo não ser seu o café e que ia chamar o dono, e não tendo aparecido até esta data declara-se que quanto antes queira vir buscar seu gênero, do contrario será seu nome publicado afim de ser conhecido pelo publico desta cidade. – Victoria 18 de maio de 1850. – José Maria dos Santos. (APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – dezoito de maio de 1850. p. 04)

Tanto em um caso como em outro, a intenção da publicação dos nomes é manifesta: constranger a pessoa para quitação de algum tipo de dívida com o anunciante. Em um local onde as relações pessoais moldavam, de certa forma, a sociedade, incluindo aí todas as esferas (econômica, política, religiosa, fiscal, etc.) da vida social, o “nome” era dotado de um poder simbólico e como tal exercia influência sobre os indivíduos.³

A ameaça de publicação de nomes também era utilizada nas correspondências levadas à tipografia com o fim de regular o comportamento alheio:

Publicações a pedido:

Atenção! Rogamos ao moralizado Sr. Francisco Félix Cesimbra que quando tiver de chegar à janela ou sacada de sua casa à esquina da cadeia para retirar ou endireitar as suas cortinas, componha-se, não aparece nu como fez no dia 1º. O sr. Cesimbra ou lembrou-se do órfão que diz no 1º de abril ‘eu levei os burros aonde não deve ir’ ou figurou estar no sábado de aleluia e então ir se entregar à indiscrição dos moleques para assim expurgar sua consciência oprimida pelos remorsos das muitas scenas desonestas e incomodativas com o que costuma memioscar aos seus vizinhos. O caso é que lhe pedimos, se abstenha dessas gracinhas, do contrario iremos à polícia. Assinado: a Sentinela. (APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – quatro de abril de 1857. p. 04)

Primeiro publicava-se no *Correio* e aguardava-se uma providência. Caso a publicação não tivesse o efeito desejado, o anunciante poderia ir às autoridades na tentativa de solucionar a questão.

Por conseguinte, a publicação de injúrias também optou pelo uso de pseudônimos. Diziam-se as iniciais de um dos cognomes do indivíduo, o local de sua moradia, sua

profissão, enfim, procedia-se à personificação do injuriado sem que fosse explicitada sua identidade. De acordo com algumas reportagens, o uso de pseudônimos e a não-exposição da pessoa “maldizente” eram instrumentos de resguardo contra uma possível retaliação. Assim:

Resposta ao Pasquim que apareceu hoje: nos annos de 1847 e 1849, em que o Diabo coixo fez causa com os srs. Couto e Susano, a favor do sr. Dr. Pedreira, não foi o mesmo Diabo coixo traidor a sua pátria, nem o maior ingrato; é uma opinião caprixosa, e serve o governo!!! Pois saibão os donos do tal Pasquim que o Diabo coixo está no posto em que o collocarão os ‘patriotas’ do momento; e que o sr. Dr. Lopes Coito está c..... para quem ainda d'elle se occupa nesta terra. Victoria, 11 de junho de 1850. O Diabo coixo. (APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – doze de junho de 1850. p. 04)

Os delitos injuriosos tinham lugar especialmente nas vendas e armazéns e nas ruas de maior movimentação comercial. Provavelmente devido à quantidade de pessoas que transitava pelo lugar, mas também em função das sociabilidades que comumente deveriam aí se estabelecerem, entre comerciantes e compradores, livres e escravos, homens e mulheres. Ao que parece, as notícias do Correio também indicam que os proprietários de negócio na cidade de Vitória tinham o privilégio de conhecerem a população residente em torno de seu mercado, pelo estabelecimento de relações comerciais, além de saberem das fofocas que circulavam pelas bocas e ouvidos dos capixabas. O jornal mais premente da capital, fundado em 1849, tinha uma tiragem de 80 exemplares por número, e muitas dessas folhas tinham destino certo: os negociantes letrados da Província do Espírito Santo.

Não obstante a impossibilidade de comprovar a transmissão oral das notícias publicadas no Correio, as fontes nos permitem propor que a leitura e o conhecimento do que era publicado no jornal não ficassem restritos aos assinantes e compradores do jornal, pois os caixeiros, por vezes analfabetos, que trabalhavam nas vendas, quando interrogados em processos criminais abarcados pela Comarca de Vitória ⁴, afirmavam conhecer o conteúdo das correspondências impressas no Correio da Victoria.

CONCLUSÃO

A partir das considerações acerca das atividades de comércio na primeira metade do século XIX e na década 1850 pode-se afirmar que as práticas de negócio definiam os lugares de comercialização e a própria configuração econômica da Capitania/Província capixaba, além de ligar do Espírito Santo a outras regiões do Reino/Império e quiçá do mundo.

Como demonstrado, os inventários de primeira metade do Oitocentos demonstram haver uma relação entre membros de uma elite econômica com membros de uma elite política, sendo por vezes visualizada a presença de negociantes importantes da região no cenário político local. Por outro lado, há de se relacionar ainda o comércio e os negociantes com as sociabilidades e os espaços sociais do Espírito Santo, e principalmente da capital. Com o início da imprensa na Província, as práticas comerciais começam a utilizar as páginas do periódico a fim de dar seguimento aos negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Correio da Victoria, microfilmes de 1849 a 1860. Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Inventários post-mortem, 1790 a 1822 – 1ª Vara de Órfãos de Vitória.

VASCONCELOS, Inácio de. *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Fontes Bibliográficas

ASSIS, Marcelo de; ENGEMENN, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi Rio de Janeiro 1720-1742. *Dimensões: revista de História da UFES*, Vitória: CCHN/UFES, 2000, n. 10.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa. *Tempo - revista do Departamento de História da UFF, Niterói: UFF, 2003, n.15, v. 8.*

_____. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XVI e XVIII). *Dimensões: revista de História da UFES, Vitória: CCHN/UFES, 2001, n. 13.*

_____. Afogando em nomes: Temas e experiências em história econômica. *Topoi, Rio de Janeiro: UFRJ, dez. de 2002.*

_____. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social do Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. n. 29.

GRINBERG, Keila. Escravidão, Alforria e Direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre o princípio da liberdade na fronteira sul do Império Brasileiro. *Centro de estudos do Oitocentos, São João Del Rel, Seminário interno, 2005.*

LEAL, Eurípedes Franklin. *Economia colonial capixaba*. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À sombra da escravidão – Negócios e famílias escravas (Vitória/ES, 1800- 1830)*. Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Tipografia Espírito Santense, 1975.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – UFES, Bolsista do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Vitória (FACITEC).

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – UFES.

¹ Em 1874, Daemon era proprietário de outro jornal da capital: *Espírito Santense*. DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879. Parte dois.

² “Pela lei provincial n. 37, de 27 de novembro deste ano [1872], é autorizado o Presidente da Província a contratar e conceder privilégio para a construção de uma estrada de ferro de bilota estreita. [...]. Este projeto fora assinado pelos deputados Basílio Carvalho Daemon e Dr. Heliodoro José da Silva e celebrado o contrato com os peticionários Engenheiro Miguel Maria de Noronha Feital, Tomás Dutton e Dr. Francisco Portela em 28 de outubro de 1873. Apesar de muitas prorrogações, não realizaram os concessionários a empresa.” DAEMON, 1879. parte dois.

³ Consoante João Fragoso, acerca do Brasil dos séculos XVII ao XIX: os valores simbólicos leiam-se as relações pessoais (de parentesco, amizade, alianças, entre outras), eram responsáveis pelo ritmo da sociedade brasileira. FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, 2002, nº. 29, p. 12.

⁴ A análise de autos criminais da segunda metade do século XIX ocorreu em pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Espírito Santo.